

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.



1^o SEM | 2020

 **bradesco**
consórcios

Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 4

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 7

Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada... 8

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Consolidadas Acumuladas... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 35

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.449 grupos de consórcios em andamento, com 1.550.043 cotas ativas e 2.028.589 bens entregues.

No primeiro semestre de 2020, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 677 milhões, correspondente a R\$ 156,43 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 8.644 milhões, Ativos Totais de R\$ 9.782 milhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.060 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2020.

Diretoria

Balanco Patrimonial – Em Reais mil

	Nota	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativo			
Instrumentos financeiros		9.576.398	8.985.195
- Títulos e valores mobiliários	6	9.521.799	8.921.454
- Outros Instrumentos financeiros	7	54.599	63.741
Créditos tributários	25	54.358	39.302
Imobilizado de uso	8	3.907	3.982
Intangível	9	106.290	95.935
Depreciações e amortizações		(69.756)	(65.718)
- Imobilizado de uso	8	(2.429)	(2.341)
- Intangível	9	(67.327)	(63.377)
Outros ativos	10	110.607	67.755
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(11)	(11)
Total do ativo		9.781.793	9.126.440
Passivo			
Provisões		39.816	48.093
- Outras provisões	11	39.816	48.093
Outros passivos	13	1.097.700	1.088.658
Total do passivo		1.137.516	1.136.751
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	4.325.427	3.600.000
Reservas de lucros	14c	4.334.478	4.389.689
Outros resultados abrangentes		(15.628)	-
Total do patrimônio líquido		8.644.277	7.989.689
Total do passivo e patrimônio líquido		9.781.793	9.126.440

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Circular Bacen nº 3.959/19.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Acumulado em 30 de junho – Em Reais mil

	Nota	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		150.953	222.735
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	150.953	222.735
Resultado da intermediação financeira		150.953	222.735
Resultado bruto da intermediação financeira		150.953	222.735
Outras receitas/(despesas) operacionais		874.716	827.127
Receitas de prestação de serviços	15	1.059.511	1.009.088
Despesas de pessoal	16	(24.148)	(19.512)
Outras despesas administrativas	17	(23.368)	(31.135)
Despesas tributárias	18	(149.457)	(147.641)
Outras receitas operacionais	19	38.871	47.733
Outras despesas operacionais	20	(27.870)	(32.943)
(Despesas)/Reversão de provisões		1.177	1.537
- Trabalhistas	12	(12)	296
- Cíveis	12	1.189	1.241
Resultado operacional		1.025.669	1.049.862
Resultado não operacional	21	(2)	140
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.025.667	1.050.002
Imposto de renda e contribuição social	25	(349.023)	(357.779)
Lucro líquido		676.644	692.223
Lucro por lote de mil cotas em R\$		156,43	192,28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado em 30 de Junho – Em Reais mil

	2020	2019
Lucro líquido do semestre	676.644	692.223
Outros resultados abrangentes	(15.628)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(15.628)	-
Resultado abrangente do semestre	661.016	692.223

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.995.574	281.398	3.300.318	-	-	6.577.290
Aumento de Capital	604.426	(140.000)	(464.426)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	692.223	692.223
Destinações:						
- Reservas	-	34.611	651.036	-	(685.647)	-
- Dividendos a pagar	-	-	-	-	(6.576)	(6.576)
Saldos em 30 de junho de 2019	3.600.000	176.009	3.486.928	-	-	7.262.937
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.600.000	212.695	4.176.994	-	-	7.989.689
Aumento de Capital	725.427	-	(725.427)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(15.628)	-	(15.628)
Lucro Líquido	-	-	-	-	676.644	676.644
Destinações:						
- Reservas	-	33.832	636.384	-	(670.216)	-
- Dividendos a pagar	-	-	-	-	(6.428)	(6.428)
Saldos em 30 de junho de 2020	4.325.427	246.527	4.087.951	(15.628)	-	8.644.277

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulados em 30 de Junho – Em Reais mil

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.025.667	1.050.002
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	4.713	6.832
Depreciações e Amortizações	4.079	6.333
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	634	499
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	1.030.380	1.056.834
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	4.423.429	(733.154)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos financeiros	9.142	(8.320)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(41.706)	(42.178)
(Aumento)/Redução em Provisões	(8.912)	1.974
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(268.536)	34.272
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(84.877)	(300.994)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.058.920	8.434
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(5.047.453)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.112)	(265)
Aquisição de Intangível	(10.355)	(8.169)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(5.058.920)	(8.434)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	-	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada – Em Reais mil

	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativo		
Aplicações Financeiras – Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	8.276.631	7.902.133
Aplicações Financeiras	1.511.420	1.650.833
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	6.765.211	6.251.300
Outros Créditos	9.422.093	9.413.868
Direitos junto a Consorciados Contemplados	9.397.533	9.384.737
Normais	9.137.289	9.158.313
Em Atraso	68.132	59.511
Em Cobrança Judicial	192.112	166.913
Bens Retomados	24.560	29.131
Compensação		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	653.259	670.865
Contribuições devidas ao grupo	33.252.427	35.317.947
Valor dos Bens a Contemplar	29.132.545	31.268.865
Total do Ativo e Compensações	80.736.955	84.573.678
Passivo		
Obrigações com Consorciados	5.986.086	6.108.270
Valores a Repassar	131.414	132.596
Obrigações por Contemplações a Entregar	6.765.211	6.251.300
Recursos a Devolver a Consorciados	3.448.124	3.453.830
Recursos dos Grupos	1.367.889	1.369.933
Obrigações com a Administradora	-	73
Compensação		
Recursos mensais a receber de consorciados	653.259	670.864
Obrigações do grupo por contribuições	33.252.427	35.317.947
Obrigações por futuras contemplações	29.132.545	31.268.865
Total do Passivo e Compensação	80.736.955	84.573.678

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada Acumuladas em 30 de Junho - Em Reais mil

	2020	2019
Disponibilidades no início do período	7.902.133	7.753.607
Aplicações Financeiras	1.650.833	1.405.762
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	6.251.300	6.347.845
(+) Recursos Coletados	6.322.438	6.757.506
Contribuições para aquisição de bens	5.068.355	5.396.686
Taxa de Administração	873.594	862.310
Contribuições ao fundo de reserva	150.759	159.831
Rendimentos de aplicações financeiras	9.741	95.264
Multas e juros moratórios	18.335	22.054
Prêmios de seguro	96.873	115.640
Custas Judiciais	-	113
Outros	104.781	105.609
(-) Recursos Utilizados	(5.947.940)	(6.508.624)
Aquisição de Bens	(4.188.737)	(4.993.195)
Taxa de Administração	(905.166)	(889.869)
Multas e juros moratórios	(8.928)	(10.452)
Prêmios de seguro	(99.020)	(116.845)
Custas Judiciais	-	(113)
Devolução a Consorciados Desligados	(465.881)	(272.292)
Outros	(280.208)	(225.857)
Disponibilidades no final do período	8.276.631	8.002.489
Aplicações Financeiras	1.511.420	1.577.801
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	6.765.211	6.424.688

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e, estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e, normas específicas para empresas administradoras de consórcios, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela

pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2020.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

I - Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição,

acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

e) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável – impairment, quando aplicável.

f) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

São compostos por:

- *Software*: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

g) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC).

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro rata.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão

para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

I - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não mais esperados benefícios futuros.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

- **Outros créditos**

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

- **Passivo**

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

- **Contas de Compensação**

I - Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

III - Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira própria		
• Cotas de fundos de investimentos	4.498.025	8.921.454
• Letras financeiras	5.023.774	-
Total	9.521.799	8.921.454

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	R\$ mil							
					Em 30 de junho de 2020			Em 31 de dezembro de 2019
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil
Títulos para negociação	4.498.025	-	-	-	4.498.025	4.498.025	-	8.921.454
Cotas de fundos de investimentos	4.498.025	-	-	-	4.498.025	4.498.025	-	8.921.454
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	5.023.774	5.023.774	5.047.452	(23.678)	-
Letras financeiras	-	-	-	5.023.774	5.023.774	5.047.452	(23.678)	-
Total geral em 30 de junho de 2020	4.498.025	-	-	5.023.774	9.521.799	9.545.477	(23.678)	
Total geral em 31 de dezembro de 2019	1.626.412	131.111	106.873	7.057.058				8.921.454

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Acumulados em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	103.500	222.735
Rendas de Títulos de Renda Fixa	47.453	-
Total	150.953	222.735

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)	34.753	45.450
Devedores por depósitos em garantia	19.828	18.258
Outros	18	33
Total	54.599	63.741

(1) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ - mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.006	(940)	1.066	1.146
Sistema de segurança	10%	18	(17)	1	1
Sistema de processamento de dados	20%	1.883	(1.472)	411	494
Total em 30 de junho de 2020		3.907	(2.429)	1.478	
Total em 31 de dezembro de 2019		3.982	(2.341)		1.641

9) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	R\$ - mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
				Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<i>Software</i>	20%	106.290	(67.327)	38.963	32.558
Total em 30 de junho de 2020		106.290	(67.327)	38.963	
Total em 31 de dezembro de 2019		95.935	(63.377)		32.558

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Valores pendentes - Cobrança Judicial	79.193	64.040
Impostos e contribuições a compensar	24.940	31
Bens retomados após encerramento do grupo	5.255	3.459
Outros	1.219	225
Total	110.607	67.755

11) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências	15.974	15.486
Provisões despesas administrativas	13.941	22.511
Provisões despesas de pessoal	8.745	8.942
Provisão para pagamento a efetuar	1.156	1.154
Total	39.816	48.093

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 244 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Consórcios não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$- mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.924	12.694	45
Atualização monetária	78	1.732	1
Constituições líquidas de reversões	12	(1.189)	-
Pagamentos	(266)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	1.748	13.237	46

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2020, R\$ 33.002 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 26.424 mil) para os processos cíveis e R\$ 36 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 68 mil) para os processos fiscais.

13) OUTROS PASSIVOS

	R\$- mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	635.207	533.801
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	213.029	351.370
Impostos e contribuições a recolher	136.877	116.561
Recursos pendentes cobrança judicial	84.448	67.499
Sociais e estatutárias	19.975	13.546
Recursos pendentes de identificação	5.214	5.132
Outras	2.950	749
Total	1.097.700	1.088.658

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.325.427 mil (2019 – R\$ 3.600.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 4.325.427.000 (2019 – 3.600.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de Cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2019	3.600.000.000	3.600.000
Aumento de capital social (1)	725.427.023	725.427
Em 30 de junho de 2020	4.325.427.023	4.325.427

(1) Em 30 de abril de 2020 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Instituição, deliberou o aumento do capital social em R\$ 725.427 mil, elevando-o de R\$ 3.600.000 mil para R\$ 4.325.427 mil, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros – Estatutária" de R\$ 725.427, com a criação de 725.427.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Processo homologado pelo BACEN em 30 de junho de 2020.

c) Reservas de lucros

	R\$ - mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	4.334.478	4.389.689
- Reserva legal (1)	246.527	212.695
- Reserva estatutária (2)	4.087.951	4.176.994

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres:

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Lucro líquido	676.644	692.223
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(33.832)	(34.611)
Base de cálculo	642.812	657.612
Dividendos propostos	6.428	6.576
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%

e) Lucro por Cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de Cotas.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Taxa de Administração de grupos de consórcios	929.317	910.713
Outras receitas de serviços	130.194	98.375
Total	1.059.511	1.009.088

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Proventos	13.556	9.515
Benefícios	5.363	5.415
Encargos Sociais	3.710	3.008
Participação dos empregados nos lucros	1.336	1.489
Outras	183	85
Total	24.148	19.512

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho R\$ mil	
	2020	2019
Serviços técnicos especializados	6.893	9.386
Comunicações	5.619	7.648
Depreciações e amortizações	4.079	6.333
Processamentos de dados	3.337	2.942
Propaganda, promoções e publicidade	902	1.588
Viagens	615	831
Transportes	543	535
Aluguéis	242	235
Material	11	284
Manutenção e conservação de bens	167	174
Outras	971	1.179
Total	23.368	31.135

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho R\$ mil	
	2020	2019
Contribuição à COFINS	89.088	88.531
Impostos sobre serviços – ISS	41.357	40.375
Contribuição ao PIS	19.012	18.735
Total	149.457	147.641

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Recuperação de despesas - taxas (1)	34.888	43.035
Reversão de outras provisões	1.067	2.353
Outras	2.916	2.345
Total	38.871	47.733

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran	9.033	12.189
Custas	7.315	4.079
Gravames	2.315	3.202
Indenizações	1.882	3.414
Atualizações monetárias passivas	1.811	1.038
Vistoria	1.224	1.613
Taxa de avaliação	1.188	1.622
Comissões sobre vendas	946	1.575
Outras	2.156	4.211
Total	27.870	32.943

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Descontos obtidos	10	140
Outras	(12)	-
Total	(2)	140

22) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 8.276.631 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 7.902.133 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de gestão paga pelos grupos ao gestor de carteiras de fundos de investimento (BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) no primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 106.898 mil (Em 30 de junho de 2019 – R\$ 103.461 mil).

23) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Quantidade de bens entregues totais	2.028.589	1.937.381
Quantidade de consorciados ativos totais	1.550.043	1.616.675
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.402.353	1.347.640
Quantidade de bens pendentes de entrega	130.454	119.223
Quantidade de grupos administrados	3.449	3.537
Taxa de inadimplência	3,95%	3,79%

	Em 30 de junho de 2020	Em 30 de junho de 2019
Quantidade de consorciados ativos no período	180.390	139.333
Quantidade de bens entregues no período	122.176	114.072
Quantidade de desistentes e cancelados no período	167.085	127.944

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativo				
Letras financeiras	5.023.774	-	-	-
Passivo				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13.546	314.500	-	-

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2020	2019	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	47.453	42.961	-	-
Outras despesas	-	-	(242)	(234)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 7.722 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 8.134 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 2.850 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.873 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução

CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	1.789	2.864
Total	1.789	2.864

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.318	1.395
Total	1.318	1.395

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.025.667	1.050.002
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3m)	(348.727)	(357.001)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(548)	(1.071)
Outros valores	252	293
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(349.023)	(357.779)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(356.027)	(364.952)
Impostos diferidos:		
Constituição/ realização no semestre sobre adições e exclusões temporárias	7.004	7.173
Total dos impostos diferidos	7.004	7.173
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(349.023)	(357.779)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização / Baixa	Em 30 de junho de 2020
Provisões fiscais e trabalhistas	669	38	(98)	609
Provisões cíveis	4.316	601	(416)	4.501
Provisão para seguro de quebra de garantia	400	-	(89)	311
Provisões diversas (Perda Líquida Definitiva)	1.547	-	-	1.547
Provisão de Imposto sobre Serviços – LC nº 157/2016	28.094	7.742	-	35.836
Outros	4.276	945	(1.719)	3.502
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	39.302	9.326	(2.322)	46.306
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	8.052	-	8.052
Total dos créditos tributários	39.302	17.378	(2.322)	54.358

d) Projeção da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

R\$ mil

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
	2020	14.369	5.173
2021	17.787	6.403	24.190
2022	1.877	676	2.553
2023	4	2	6
2024	11	4	15
Total	34.048	12.258	46.306

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 46.017 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 38.581 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

26) Balanço Patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Instrumentos financeiros	4.530.527	-	1.967	5.043.904	-	9.576.398
- Títulos e valores mobiliários	4.498.025	-	-	5.023.774	-	9.521.799
- Outros Instrumentos financeiros	32.502	-	1.967	20.130	-	54.599
Créditos tributários	-	-	46.307	8.051	-	54.358
Imobilizado de uso	-	-	-	-	3.907	3.907
Intangível	-	-	-	-	106.290	106.290
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(69.756)	(69.756)
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	(2.429)	(2.429)
- Intangível	-	-	-	-	(67.327)	(67.327)
Outros ativos	594	109.357	529	127	-	110.607
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(11)	(11)
Total em 30 de junho de 2020	4.531.121	109.357	2.496	5.044.031	40.430	9.781.793
Total em 31 de dezembro de 2019	1.626.412	131.111	258.954	7.075.764	34.199	9.126.440
Passivo						
Provisões	7.332	2.585	29.899	-	-	39.816
- Outras provisões	7.332	2.585	29.899	-	-	39.816
Outros passivos	992.529	104.423	315	433	-	1.097.700
Total do passivo	999.861	107.008	30.214	433	-	1.137.516
Patrimônio líquido						
Capital social	-	-	-	-	4.325.427	4.325.427
Reservas de lucros	-	-	-	-	4.334.478	4.334.478
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(15.628)	(15.628)
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	8.644.277	8.644.277
Total em 30 de junho de 2020	999.861	107.008	30.214	433	8.644.277	9.781.793
Total em 31 de dezembro de 2019	1.029.373	68.653	38.291	434	7.989.689	9.126.440

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados na Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos em Prêmios de Seguros.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pelo foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1); e
- Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Relacionadas (CPC 05 – R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas

restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar se essas medidas serão suficientes para evitar uma recessão global em 2020.

Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. A maior parte das nossas operações ocorre no mercado doméstico e, conseqüentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

- e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2020.

DIRETORIA

Diretor Geral

Eurico Ramos Fabri

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Diretores Gerentes

Moacir Nachbar Junior

José Ramos Rocha Neto

João Carlos Gomes da Silva

Diretores

Marcos Valério Tescarolo

Antonio José da Barbara

José Gomes Fernandes

Nairo José Martinelli Vidal Júnior

Renata Geiser Mantarro

Cláudia Teixeira de Souza
Contadora – CRC 1SP177829/O-6



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e aos Administradores da
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2020 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2020 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão

descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



bradesco
consórcios